

COMUNICAÇÃO

CONSTANÇA DO SERRO FRIO ESCRAVOS LIBERTOS NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX

Yonne de Souza Grossi: Fafich/UFMG

Ainda hoje, sua voz se confunde com a evocação dos atabaques ecoando pelos vales. E quando tudo esta quieto na Fazenda do Mata Cavalo, quando dorme toda a dor e desatino dos homens, ainda se pode ouvir sua voz agônica de água entre as sombras das paredes: "Deixo livres os meus escravos, como se de ventre livre nascessem e os instituo herdeiros de meus bens".

João Evangelista Rodrigues

Nossa comunicação será um fragmento do projeto "Memória Histórica da Fazenda do Mata Cavalo". Este projeto articula o tema de escravos libertos e o tema da propriedade da terra, sendo o objeto a Fazenda do Mata Cavalo, nas últimas décadas do século XIX ate fins dos anos 50, quando a primeira etapa de conflitos pela terra se encerra e finaliza um movimento de agudas tensões contradições sociais.

Aos escravos da Mata Cavalo foi concedida liberdade, em testamento, pela senhora de terra Constança Fortunata de Abreu e Lima. No ano de 1883, ela declara livres os seus escravos e os institui herdeiros de seus bens e das extensas terras da fazenda, localizada no antigo morro de Gaspar Soares, hoje Município de Morro do Pilar, na Zona Metalúrgica do Estado de Minas Gerais, a 15 quilômetros da Capital.

O que se pretende aqui e libertar vozes soterradas pelo passado, examinar pegadas solapadas pelo tempo e interrogá-las sobre essa mulher nascida no Serro, Minas Gerais, filha legitimada de Jose

* Este projeto e realizado pelo Grupo de Trabalho "História Social de Minas Gerais no Século XIX", do Centre de Estudos Mineiros, Fafich/UFMG.

Pereira de Abreu e Lima. Ao rastrear sua vida, queremos convidar a decifração de sua obra conclusa, pois os libertos perdem as terras em conflitos e ações judiciais. Sua resistência em nada cancela o arbítrio ou lei, em que os engenhos de contravenção sistemática reproduzem um elemento estrutural da situação de nossas elites agrárias e urbanas.

Ao reconstituir uma possível história de Constança buscamos a chave para desvelar tramas de relações sociais, que nos permitira o acesso a realidade abordada. A dimensão social das redes psicológicas que conformam as relações interpessoais nos remetera também a construção de cenários de interpretação de uma época: era outro o tempo e outra a sociedade. Como Constança pensava aspectos de seu próprio mundo? Como reagia ao fato de ser filha bastarda, produto da "fragilidade humana? Como se colocava diante de questões sociais?

As últimas décadas do século XX evidenciam preocupações com as possíveis transformações sociais, políticas, econômicas, culturais advindas da abolição do regime de trabalho escravo e do final do regime monárquico. Qual seria o acesso de Constança a essas realidades, determinadas pelo movimento da sociedade brasileira? É preciso conhecer o seu mundo de valores para instituir o seu espaço de locomoção social, o que a transformara no significante da interpretação de uma realidade. Como era chamada familiarmente pelos negros de Mãe Tança, pretendemos, também, engendrar o nível das relações senhora/mãe/escravos e seus desdobramentos político-sociais.

Finalmente, queremos mostrar que essa história se rompe em vários pontos, a medida que outros interesses entram no cenário em jogo. A herança dos libertos será desafiada pela força dos homens e das regulamentações, ou seja, pelo desencadeamento de novas forças sociais. O eixo da história será deslocado, posta em discussão a liberdade de homens a quem e sonogado o estatuto da cidadania, dilema recorrente na sociedade brasileira de hoje.

Cenários Historiográficos

Há coisas que estão presas na memória do tempo, como um monumento, uma obra de arte, uma peça antiga. Através delas pode-se desfiar a teia do acontecimento instituinte, desvendar a trama das relações indeterminantes, descobrir momentos engendrantes de processos. Natalie Zemon indicara o caminho da "atenta escuta as vozes do passado"¹. Dira Euzensberger: "Se mil olhos viram o Durruti, e justo que mil bocas contem o que viram"². Ricoeur oferece o "exercício da suspeita" e a "vontade de escutar", como ingredientes do processo de interpretar; Alfredo Bosi lembra que interpretar significa uma escolha, entre as múltiplas possibilidades eleitas, capaz de circunscrever a questão problematizadora³. O problema da significação coloca-se para a História e ascende a posições diferenciadas quanto a maneira de se lidar com a realidade, ou seja, com o espectro de singularidades que o existente registra, com os limites expostos pelas rupturas, com os intervalos possibilitados pelas permanências⁴. Essa busca de interpretação, para se conseguir significar, e um dos caminhos de força do conhecimento.

No caso presente, o campo territorializado ultrapassa o perfil de um personagem. Perscruta um contexto mais amplo, sem o qual os protagonistas seriam inexequíveis. Apagados, deixariam sombras tênues sem configurações capazes de se efetivar com nitidez. Atravessam décadas de um século que coloca o dilema do escravismo diante da construção de relações capitalistas de produção. Como interpretar a tessitura desse processo? Como perceber essa passagem? Será preciso visitar as entrelinhas desse movimento, para esclarecer posições. Trata-se de uma conjuntura crítica, em que ha confluência de conflitos, performando lutas potencialmente transformadoras. Entretanto, cabe descartar explicações centradas na análise de tipos e instituições sociais, como a família patriarcal, considerada miniatura da sociedade, perspectiva clássica assinalada por Gilberto Freyre, cujas interpretações se alicerçam em G. Simmel e Franz Boas, entre outros. Em *Casa Grande & Senzala*, o patriarca surge

como representação legitimadora de um governo e o patriarcal ismo encena a imagem tutelar do poder estatal. As interações e conflitos de grupos, segmentos ou classes são escamoteados e mascarado, pelas relações entre componentes da família patriarcal. Assim, procede-se a um reducionismo perverso da realidade, perverso no sentido ambíguo de praticas autoritárias, camufladas pelas relações paternalistas. Mesmo no âmbito familiar, a concepção patriarcal hospeda mecanismos que encobrem o exercício da dominação de classe. Assim, temos a carta de alforria como privilegio de decisão do senhor, conduta consensual entre proprietários e escravos do século XIX. Novos estudos, entre eles o de Cunha e Sleenes, revelam a presença de negociações, conquistas, pactos, atitudes racistas preconceituosas, onde a historiografia tradicional estampava gestos de concessão ou doação, crueldades ou injusticas⁵.

Sidney Chalhoub⁶ chama também a atenção para o significado de certas categorias de análise e suas possíveis direções implícitas. Assim, a tônica no conceito de "transição da escravidão (ou do escravismo, ou do modo de produção escravista) ao trabalho livre (ou a ordem burguesa) é problemática porque passa a noção de linearidade e de previsibilidade de sentido no movimento da história". Em outras palavras, a partir de uma teoria do reflexo com nuances político-ideológicas, postula-se que a extinção do trabalho escravo se explica pela lógica da produção e do mercado, Implícita esta a noção de base/superestrutura e a idéia reducionista de determinação a partir do econômico. É como se a História se deslocasse do eixo das ações e lutas de seus sujeitos sociais, e significasse a trajetória de uma destinação, delineadora de seus rumos. Assim, a lógica da mudança cabe introduzir categorias de indeterminação, de imprevisibilidade dos fenômenos, ou seja, a noção de processo social. Dessa forma, será possível aproximar-se do significado que os agentes sociais emprestaram as suas ações⁷.

A propósito, lembra Chalhoub a historiografia norte-americana sobre a escravidão, que desde os anos de 1970, com as influentes obras de Eugene Genovese e Herbert G. Gutman⁸, tem debatido o que o autor chama "aparente paradoxo", pois, ao mesmo tempo que comprova a eficácia política da dominação senhorial, desvenda atividades culturais realizadas de forma autônoma pelos escravos. A presença da classe senhorial deixa marcas na maneira como os escravos organizavam o seu mundo, mas este acolhimento de normas não significa negar que os negros instituam um mundo próprio, mesmo sob as condições adversas da escravidão. Em outras palavras, não se pode fazer apenas uma leitura senhorial da situação de cativo. É o que outros historiadores tem feito para explicar a conjuntura de crise do regime de trabalho escravo e de guerra civil: um exame atento ao significado da liberdade para escravos, proprietários e governantes, naqueles anos decisivos'.

O que se pretendeu, com essa discussão, foi mostrar alguns complicadores ao se mapearem vestígios não tão evidentes quanto se desejava. Onde auscultar as marcas das transformações sociais, contidas em documentos cotejados pelo tempo? Como integrar o material coletado como um construto, cujos desdobramentos exponham as contradições da História em movimento? De que forma evocar a natureza instituinte dos conflitos de classe, quando dissimulada em dramática harmonia? O tema em questão pretende hospedar alguns desses cenários, forjados pela memória histórica da Fazenda do Mata Cavallo:

Corpo de água e pedra. Geografia fluvial no limite da cerca. No impasse da porteira. Rede vazia no alpendre da casa grande, fantasma de olhos vendados contra o céu vazio. Vazio e azul. Azul e voraz. De um azul denso imaginário pasto de relíquias. No mais só resta esse desejo montanhoso de desembestar estrada afora. Perguntar aos quatro ventos com todas as bocas e vozes, todos os pássaros e mãos, todos os bichos que habitam suas vertentes e verdades: Cadê mãe Tança.

João Evangelista Rodrigues

Um Fidalgo da Casa Imperial

No dia 3 de março de 1857, na cidade de Conceição - hoje Conceição do Mato Dentro -, então Comarca do Serro, na Província de Minas Gerais, tudo esta preparado para que seja feito o testamento público de Jose Pereira de Abreu e Lima. Em marco daquele ano, trigésimo sexto da independência e do Império do Brasil, vai se dar o surgimento de um significativo capítulo da história He Constança Fortunata de Abreu e Lima, MAE TANCA. De fato, quando Francisco Honório dos Santos, segundo Tabelião Público Judicial e de Notas, abre as paginas do livro do cartório para registrar e dar forma ao testamento, que será ditado por Jose Pereira de Abreu e Lima, esta começando a ser escrita uma história da Fazenda Mata Cavallo¹⁰. Abreu e Lima, o testador, "cristão e católico", vai doar seus bens e suas terras as filhas Constança e Ana. Sua primeira vontade diz respeito ao destino de seu próprio corpo apos a morte. Ele o quer sepultado na Igreja Matriz de sua freguesia, envolto no hábito de São Francisco. Cuidado o corpo, lembra-se de sua alma e pede que "se digam duzentas missas por sua intenção, com a brevidade possível".

Abreu e Lima faz também uma declaração, quase em penitência: diz ter vivido em estado de solteiro e que, por "fragilidade humana", era pai de duas filhas de nomes Constança Fortunata de Abreu e Lima e Ana Ignês de Abreu e Lima, declarando-as únicas herdeiras de seus bens. Não faz referencia a mãe das filhas, que permanece esquecida no testamento e na sua história. Quem a recupera e Constança, ao fazer testamento em 8 de agosto de 1883. Na peça testamentária, declara-se filha de Inácia da Silva Campos e legitimada pelo Capitão Jose Pereira de Abreu e Lima; diz também que e solteira, nunca foi casada, nunca teve filhos. Seus pais já haviam falecido em 1883, como sua irmã Ignês, pois aquela manifesta o desejo de ser enterrada no Distrito de Morro do Pilar, na Igreja Matriz, perto de sua irmã Ignês. Ela deseja que por sua alma se digam "dois oitavários de missas". Determina que se de aos pobres a quantia de cinqüenta mil reis e mais cinqüenta mil para consertos da Matriz. Essas providencias devem ser tomadas enquanto seu corpo estiver sobre a terra.

Jose Pereira de Abreu e Lima, quando dispõe de sua terça em testamento, beneficia seus escravos com uma condição: seriam libertados aqueles a quem suas herdeiras julgassem dignos da alforria. Essa liberdade, entretanto, só poderia ser gozada quando da morte das duas filhas herdeiras. Conclui a declaração testamentária, concedendo a Constança e Ana prazo de dois anos apos o seu falecimento para prestar contas em juízo. Constança do Serro Frio, pois lá nasceu, cuja existência e justificada pelo pai como um produto solteiro, resultado da "fragilidade humana". ira no futuro, também solteira, conviver com seus escravos, conceder-lhes liberdade, doando-lhes os bens herdados: "Deixo todos os meus escravos livres como se de ventre livre nascessem e os instituo herdeiros dos meus bens, com a condição, porem, de ficarem morando, vivendo em sociedade nesta minha fazenda, sem poderem vender nem alienar, por qualquer forma e aqueles que assim o não fizerem não terão parte alguma e serão excluídos"¹¹.

Constança, a herdeira, a quem os escravos irão chamar de Mãe Tarça, lega outros bens a um seu compadre, Tenente Jorge Benedito Ferreira, "pelos bons serviços". Deixa-lhe todos os seus "trastes de prata" e "pedaço de terras de cultura, que estão alem do rio e principia pelo espigão que vem do alto do Tejucal ao rio, divisando com terras dos herdeiros do finado Salvador Martins Correia, e outro pedaço de campos com poucas capoeiras, no lugar denominado Terra Quebrada, que divisa, por um lado, com Francisco Rofino Ferreira e, por outro, com o mesmo Francisco"¹². Redigido e aprovado o testamento pelo Tabelião Fernando José de Heredia, foi "cozido com cinco pontos de retrós preto e outros tantos pingos de lacre vermelho por banda, na Fazenda do Mata Cavallo, em 8 de agosto de 1883"³.

Teófilo Thomas Ferreira possuía, na região do Morro do Pilar, três fazendas: das Lajes, do

Salvador e do Mata Cavallo. Ele comprou, ao longo de anos, áreas de terras dos escravos libertos que viviam ali trabalhando na agricultura. Aqui tem início a perda das terras deixadas por Jose Pereira de Abreu e Lima as suas filhas e posteriormente doadas aos escravos. Em 1939, as terras adquiridas por Teófilo Thomas são herdadas pelo filho, Jose Batista Ferreira - o Inhozinho -, que em 1941, as demarcou e adquiriu outras áreas, de pequenos proprietários e lavradores negros que ainda viviam na região, ampliando assim suas propriedades até o ano de 1956. Durante esse período, isto é, entre 1939 e 1956, sucederam-se conflitos judiciais, contestações e assassinatos pelas terras da Fazenda do Mata Cavallo. Nos cartórios da cidade de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, estão os vários processos movidos por negros e latifundiários envolvidos na luta pela propriedade da terra. Há, no Cartório do Crime, intrigantes processos sobre a questão. Passada a etapa de luta reivindicatória, em 1957, a Fazenda do Mata Cavallo, já com o nome de Fazenda Cachoeira ou Bom Retiro, e adquirida por Leandro Ordones de Castro, que a vende, em 1985, a Fernando Gomes Cardoso¹⁴.

Abreu e Lima adquirira a fazenda de Antonio Francisco Soares e emprestou o seu nome de família a seus escravos, reproduzindo o costume de uso, pelos negros, do sobrenome de seus proprietários. De fato, nas terras da região grassavam numerosos os Pereira de Abreu, libertos ou cativos. Jose Pereira de Abreu e Lima, poeta e medico, trouxe seus escravos do Arraial de Córregos, no princípio do século XIX, depois de passar por Serro e Conceição. Naquela época, o Bispo D. Viçoso fez uma visita pastoral ao Morro do Pilar, ganhando de Jose Pereira alguns versos em latim. Fidalgo da Casa Imperial e Cavaleiro da Real Ordem do Cruzeiro, Abreu e Lima era amigo de D. Pedro JJ, de cuja intimidade em família participava¹⁵. Teve tempo e dinheiro para aperfeiçoar o seu latim e estabelecer relações estreitas com a Igreja Católica. Essa proximidade dava-se pela fé proclamada e laços com o clero: seu irmão Lucas de Abreu e Lima casou-se com a irmã do Vigário de Morro do Pilar, Padre Anastácio Cardoso Neves. Tal casamento fortaleceu os laços que uniam os Pereira de Abreu e Lima a "importante família do sacerdote", oriunda de Sabará. O Padre Anastácio era pessoa influente no Morro do Pilar não só pelo poder sacerdotal, mas também pelos bens que possuía: uma grande casa, um rancho de tropas, uma fabrica de ferro e a Fazenda do Barroso.

Jose Pereira de Abreu e Lima locomovia-se num meio social em que conviviam famílias ligadas ao campo e a produção incipiente de ferro: gente de títulos e senhores de terra. Entre eles, o citado Vigário Anastácio, que casou sua sobrinha com Manoel Vieira Costa, proprietário de um retiro que pertencera ao Capitão Francisco de Paula Câmara, irmão do Intendente Câmara, responsável pela fundação da Real Fabrica de Ferro de Morro do Pilar¹⁶. Nessa época, residiam no arraial algumas famílias alemãs, empregadas em fabricas de ferro. Outro proprietário era o Coronel Antonio Jose Rodrigues, dono das terras denominadas Paiol, na "Cordilheira do Cipó", e de uma fabrica de ferro, na estrada para Conceição. Familiar de Jose Pereira, Antonio Honório de Abreu e Lima era latifundiário e também proprietário de uma fabrica de ferro, situada em um lugar chamado Coqueiro¹⁷.

Todos eles viveram seu tempo nesses lugares. Deixaram rastros espalhados em cartórios e em igrejas das vilas por onde passaram. Deixaram também, sepultados nas terras, seus corpos, misturados aos objetos de ferro que fundiram, sinais de seu desejo de riqueza e de poder. Pelo poder e pela riqueza os homens lutam. Pelo desejo, sobrevivem.

Na cidade de Conceição do Mato Dentro, em 4 de dezembro de 1930, os negros e seus descendentes começam a perder as terras da Mata Cavallo. Numa ação executiva, movida contra o negro Benedito Pereira de Abreu para cobrança de custos, o executado não oferece embargos a penhora de seus bens. Residente em Morro do Pilar, o negro Benedito teria de pagar a quantia de 473 mil reis. Em 8 de dezembro de 1930, outras terras da fazenda são penhoradas e postas em leilão¹⁸. Em 9 de abril de 1932 foram vendidos ao advogado Oscar Silva os bens penhorados (terras), pertencentes aos negros Manoel e Honório Nunes Pereira. No ano de 1935, pela carta de arrematação passada a

favor do mesmo advogado e extraída dos autos da ação executiva movida por Jorge dos Santos Pereira, perdem seus bens os negros Benedito Raimundo Pereira de Abreu, Manoel Nunes Pereira de Abreu, Frederico Pereira de Abreu e Benedito Primo Pereira de Abreu. Jorge dos Santos Pereira, embora descendente dos escravos da Mata Cavallo, em conflito com seus co-proprietários negros, move contra eles uma ação executiva. No auto da penhora estão relacionados os seguintes bens: "uma casa nova de vivenda coberta de telhas, com cinco compartimentos, sendo três assoalhados e dois térreos, com esteios de braúna, somente barreada, inclusive uma área de dois ou três litros mais ou menos, plantações de bananeiras, com uns pés de café, situada na Fazenda de Mata Cavallo, município de Morro do Pilar, avaliada por 600 mil reis; um casebre muito ordinário, com bananeiras e pés de café; uma pequena área de terra, na serra, no lugar denominado Costa, distrito de Mono do Pilar, pertencente a Manuel Nunes de Abreu".

Todos os bens arrematados pelo advogado Oscar Silva foram vendidos a Jose Batista Ferreira, fazendeiro residente em Morro do Pilar, em 26 de fevereiro de 1941:

Nem reza. Nem pranto. Apenas um no na memória do tempo indivisível. Um ofício de oferendas. A renovação cotidiana de uma esperança sem tréguas. Desassossego de família, passado de pai para filho, de geração em geração. Todos querem ver e ouvir Mãe Tança. Delinear sua figura na varanda. Ouvir sua voz. A mesma voz que em 1883 arou a terra escura e plantou na alma destes seres a Utopia da liberdade, a dignidade originaria da vida.

João Evangelista Rodrigues

A cidade de Morro do Pilar esta situada na Zona Metalúrgica, com uma área de 421km² e altitude de 714m. Sua população e de 4.170 habitantes, sendo 1.470 na zona urbana e 2.700 na rural. O município foi criado pela Lei n^o 1.039, de 12 de dezembro de 1953. e instalado a 1^o de Janeiro de 1954, por Laurival Ferreira Carneiro, então Intendente Municipal, em reunião presidida pelo Padre Tarcísio dos Santos Nogueira²⁰.

Auguste Provençal de Saint-Hilaire, em seu livro "Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais". descreve sua viagem a Província de Minas, em 1816²¹. Fornece informações sobre as forjas do Intendente Câmara e narra:

a alguma distância de Gaspar Soares, transpus o Rio Preto, que deve o nome a cor que suas águas, absolutamente límpidas, tomam do leito em que correm, um pouco mais longe, transpus varias vezes o Picão, que, como o Rio Preto, se lança no Rio Santo Antonio, cujas águas se vão reunir as do Rio Doce. A povoação do MORRO de Gaspar Soares (...) não é mais que uma sucursal da paróquia de Conceição, e deve o nome ao gerente de uma das mais antigas jazidas que foram exploradas no País. Quis-se fazê-lo denominar Morro de Nossa Senhora do Pilar, porque sua igreja foi edificada sob a invocação desta santa; o nome mais antigo, todavia, sempre prevaleceu... se bem que se encontra ainda atualmente ouro no leito do Rio Preto e na costa dos morros, esse metal não é objeto de uma exploração regular e constante. Somente quando os proprietários de escravos não tem ocupação a dar-lhes e que os enviam a cata de ouro. Cada escravo e obrigado a trazer ao seu senhor uma certa quantidade, e é castigado quando não entrega o que dele se exige... As montanhas que se contornam pelo lado direito quando se vai a vila do Príncipe tem os flancos cobertos de relva e os cumes cobertos de matas virgens²¹.

Gaspar Soares, ao descobrir Morro do Pilar, para lá levou seus escravos domésticos. Extraía

outro nos morros e, quando os trabalhos de mineração a talho aberto se aproximavam do arraial, u de lugar as casas e a igreja, cedendo outra área para as novas construções. As precárias condições de trabalho, às vezes, provocavam acidentes. De uma feita, 18 escravos morreram devido ao resvale terra e pedras. Gaspar Soares dirigia o povoado de forma arbitrária e autocrática. Ao escolher o para a nova capela, chegou um frade missionário para evangelizar. Gaspar não gostou da tônica do discurso sobre a "vida dissoluta dos amasiados". Não teve dúvida: pediu ao missionário que escolhesse o lugar mais apropriado para edificação da igreja, que ele achava ser uma esplanada, coberta por espessa vegetação, onde hoje esta a matriz. Entretanto, ordenou a dois capangas que abrissem, nesse mato, uma sepultura e, quando o padre chegasse, fosse agarrado e enterrado "com terra fina, será quebrar osso, nem derramar sangue". O que foi realizado, segundo as lendas da região.

No município de Morro do Pilar, ainda, são encontrados vestígios de objetos de ferro ali produzidos por pequenas fundições, a que os habitantes dão sempre o nome de "fabricas". Não é possível indicar a quando remontam as primeiras fundições em Minas Gerais. O engenheiro alemão Eschwege diz que em 1811, quando chegou a Província, verificou que a maioria dos ferreiros e grandes fazendeiros tinham também o seu forminho de fundição "sempre diferente um do outro, pois cada proprietário, na construção, seguia suas próprias idéias". Para os estudiosos, as primeiras fundições de ferro se devem ao conhecimento metalúrgico de escravos Africanos. De fato, "o escravo constituiu uma peça fundamental da indústria siderúrgica mineira, ate a abolição da escravidão"²²,

Constança morreu em 21 de agosto de 1887²³, na fazenda do Mata Cavallo. Seu pai havia falecido em 04 de novembro de 1857²⁴. Seus herdeiros e escravos libertos, ao todo 43 pessoas, estão arrolados em seu testamento: Bina, Rita, Branca, Ernesto, Regina, Elelvina, Maria, Janoaria, Margarida, Sammuel, Irene, Generosa, Faustino, Tito, Benigna, Emilia, Monica, Neno, Rofino, Joao, Sofia, Processo, Felicio, Rosalina, Diniz, Cornélia, Maízes, Josino, Jose, Bobaça, Celestina, Hipólito, Brenato, Urbano, Jose, Elax, Justa, Patrício, Honório, Francelina, Antonio, Custodia, Lino. Destes, 27 eram casados, 04 viúvos e 12 solteiros, isto e, sem estado civil declarado. Não ha referenda a filhos de escravos, lembrando-se que a Lei do Ventre-Livre e de 1871. *I*

Constança: A Alteridade :

Para Ecléa Bosi, ha fatos que, embora testemunhados por outros, só repercutiram profundamente em nos²⁵. Esse pressuposto pretende introduzir Constança Fortunata de Abreu e Lima em um dos espaços socialmente destinados a mulher no século XIX. Trata-se de um espaço privado, é verdade, pois a esfera pública, no que tange a política e a economia, é domínio e inscrição masculina na sociedade. Michelle Perrot²⁶ observa que "no teatro da memória as mulheres são sombras tênues". Quase sempre ha o silêncio dos arquivos sobre "as mulheres singulares" que representam presenças sem existência. A informação detêm mais sobre a mulher, "entidade coletiva e abstrata", desatada de suas singularidades, conformando rostos anônimos, sem reserva de espaço.

As mulheres depositam sua memória " no mundo mudo e permitido das coisas"²⁷. Distanciamento e intimidade performam a teia de seu cotidiano.. Assim, Constança toca seus "trastes de prata", testemunhos de sua condição de classe, quando se toma senhora de terras²⁸. Dá lições ao corpo, cavalgando num "silião" de montaria feminina, rastro talvez de seus momentos de lazer, ou da necessidade de transitar da fazenda aos povoados vizinhos para o exercício de atividades sociais e religiosas, quando as maneiras de transporte ainda eram precárias. Na região não havia estradas de ferro, e o recurso era a montaria. Na fazenda, quais seriam os cantos onde Constança gostava de se encolher para perscrutar seu mundo interior? Se descobríssemos, quem sabe, poderiam "então falar de suas estradas, de suas encruzilhadas, de seus bancos. Toda pessoa deveria fazer o cadastro de seus campos perdidos. Thoreau afirmava ter o mapa dos campos inscritos em sua alma"²⁹. Ou será que os

Dramas de Constança eram murmurados em “suas canastras”, preenchendo um espaço de sua solidão, protegidos da vigência de um passado que não passou, “retornando sob forma de pesadelo sobre um presente não redimido”? E as "caixas velhas" de Constança teriam fechaduras e chaves, ocultando objetos simbólicos, suporte de múltiplos sentidos desconhecidos? Comprometidos num jogo nunca tramado? "No reino dos valores a chave fecha mais do que abre. E o gesto que fecha e sempre mais nítido, mais forte, mais rápido que o gesto que abre"³¹. Quando "duas medalhas de ouro" adornavam aquele corpo que não foi vivido, possivelmente reprimido pelos costumes de uma época castradora da mulher? "Ouro velho" e "prata velha" falam de preocupações materiais. Já "louças, colheres para chá e tachos de cobre" nos conduzem ao mundo doméstico, aparentemente descartável, mas que revela possuir suas permanências.

Como terá sido interpretado por Constança o silêncio testamentário de seu pai sobre a existência de sua mãe, a serrana Inácia da Silva Santos? Como convivia com o jogo de uma filiação bastarda, que não tramou? O pai, lugar privilegiado da lei, normatizador dos mapas condicionantes da infância, o outro significativo em que se espelhara a criança... um silêncio de ausências. O pai, na confissão de sua "fragilidade humana", a rejeição pública do prazer, simulacro de sombras geradoras de Constança. Nega o desejo de ser pai ao mesmo tempo que o reforça, no gesto jurídico de deixar sua herança as filhas. Entretanto, a essas criaturas, quem sabe, será posta e repostada a questão da identidade? Donde a imagem do outro, "que exige de nos criação, para que dele tenhamos experiência"³²? A fratura da alteridade poderia ter dificultado a Constança o convívio erótico com o lado masculino da sociedade, num tempo em que "as expressões do desejo sexual" eram pouco discutidas³³. Talvez Constança procure um dos ingredientes compensatórios de sua perda/amor na condição de proprietária, que coloca novamente a questão da autoridade paterna. Esta delega poderes sobre bens aquela que prescindiu de poder em sua formação e condição social anteriores, haja vista que a figura da mãe nem mesmo é mencionada pelo pai. O dilema será talvez resolvido, em parte, pela construção de um mecanismo de expressão filial: o de se tomar Mãe Tança.

O que Mãe Tança quer dizer? Sobretudo, dizer para quem? Mãe: terra, fecundidade, onde, segundo a lei arcaica grega, se depositava a semente geradora de filhos (escravos de Constança?). Na Grécia antiga oriental, anterior ao século VII AC, o direito e de consanguinidade, direito da terra. Herança e filiação são matrilineares. Grave será o delito que o filho pratica contra a mãe. Contra o pai não será considerado delito, pois o pai não é parente. A protagonista e a mãe uterina, quem determina a linhagem. Nessa concepção, e a terra que deposita a semente. Como a agricultura recorta uma questão não definida ainda, a terra será percebida como protagonista de todas as coisas. Quanto a mulher, e o apêndice da terra³¹. Daí o duplo movimento mãe/terra, mãe/mulher, onde a subjetividade se identifica de forma clara e distinta, permitindo o surgimento do engenho arcaico. Também é possível constelar "o arquétipo da Grande Mãe: gestar, parir, cuidar, nutrir, sentir pulsar o corpo, acolher; ... ser mãe concretamente de um filho, ou simbolicamente de qualquer pessoa..."³⁵. Todavia, como recolher os esfacelamentos interiores de Constança, para construir a emergência de um lugar protegido pela vigência do simbólico?

Que poder se esconde sob a religiosidade de Constança? Talvez desfaça "um sentimento de inadequação permanente"³⁶, passível de desconforto diante de valores sancionados socialmente, e não cumpridos inteiramente. A confissão e a penitência são rituais "que reconhecem a potência da desordem"³⁷, Auxiliam os mecanismos de controle da sociedade, cuidando de níveis integradores. Na peça testamentária de Constança há indicadores da tradição católica, como presença legitimadora de vida terrena, com suas promessas para além-túmulo. Assim, seu desejo de ser sepultada na matriz, "conforme o uso da terra"; sua ordem para que "se digam dois oitavários de missas", enquanto seu "corpo estiver sobre a terra"; exige, também, durante a "dramaturgia dos funerais"³⁸, que seja dada aos

pobres a quantia de cinqüenta mil reis, bem como igual quantia para concertos da matriz. Os mesmos cuidados com a alma encontramos presentes no testamento de seu pai. Aqui vale lembrar os costumes medievos de orações e dádivas para se instrumentalizar a redenção³⁵.

Invisível, o pai ainda exerce seu poder sobre a filha. Impalpável, a memória da mãe e apenas o registro de um amor culpado, no fechado mundo masculino da "fragilidade humana". Com Constança, também, nenhuma palavra que nos diga de seu destino: da mãe, apenas o nome e a cidade de origem. Identidade e lugar, elementos arcaicos de controle⁴⁰. Aqui o silêncio já nos diz sobre a condição da mulher naquela sociedade.

Finalmente, a doação de Constança: por que não deixou seus bens a igreja? Que formas de negociações permearam suas relações com os escravos, a ponto de lhes delegar um mandato familiar de permanência "em sociedade"? Esperava não só que cuidassem das terras, como também que nunca se separassem. Será que a efervescência abolicionista preocupava Constança, levando-a a temer pela sorte de seus escravos libertos, porém despreparados para enfrentar o novo mundo de relações sociais de trabalho? Não se sabe se a ressonância das transformações pelas quais o País passava, prenunciando o final do regime de trabalho escravo e do regime imperial, atingia as montanhas da província de Minas, no seu isolamento dos centros de decisão e poder políticos. Posta a questão, cabe aos negros libertos por Constança assumir a situação de proprietários e construir socialmente o estatuto de sua cidadania. As pedras da fazenda falarão de liberdade, sim. Mas também de combate e de perda:

Rios e pedras. Cadê Mãe Tança. Nuvens e lendas. Cadê Mãe Tança. Túneis invisíveis. Cadê Mãe Tança. Tambores e ritmos. Cadê Mãe Tança. Danças noturnas, Cadê Mãe Tança. Grutas de medo. Cadê Mãe Tança. Vultos e ventos. Cadê Mãe Tança. Vozes da África. Cadê Mãe Tança. Lanças de guerra. Cadê Mãe Tança. Mar e marfim. Cadê Mãe Tança. Letras e Leis. Cadê Mãe Tança. Janela infinita. Cadê Mãe Tança. Pastores da noite. Cadê Mãe Tança. Prenuncios de morte. Cadê Mãe Tança. Chicote e senzala. Cadê Mãe Tança. Leões do deserto. Cadê Mãe Tança. Heranca e suplicio. Cadê Mãe Tança. Segredos de Minas. Cade Mãe Tança".

Joao Evangelista Rodrigues

NOTAS

- 1- Natalie Zemon Davis. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 21.
- 2- Hans Magnus Euzensberger em entrevista a *Foiha de S. Paulo* quando do lançamento de seu livro *O curto verão da anarquia - 'Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- 3- Paul Ricoeur. *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. São Paulo: Imago, 1977, C.I e 2. Alfredo Bosi, *Ceu, Inferno*. São Paulo: Atica, 1988, pp. 274-287.
- 4- Clotilde A. Paiva e Luiz D.H. Arnaut. Fontes para o estudo de Minas oitocentista: listas nominativas, *Anais V Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 1990, pp. 85-106. Ver, sobretudo, a 1ª parte.
- 5- Ver Manuela Carneiro da Cunha. Sobre a servidão voluntária: outro discurso; escravidão e contrato no Brasil Colonial. In: *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*, São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986, pp. 145-57. Robert Sleenes. Lares negros, olhares brancos; histórias da família escrava no século XIX. In: *Revista Brasileira de História*, Marco Zero/ANPUH. V.8, n°16, p.189-203, Marc/ago. 1988.

- 6- Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade, uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 19.
- 7- E. P- Thompson, *A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Athusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- 8- Eugene D. Genovese. *Roll, Jordan, Roll. The word the slaves made*. Nova York: Rondon House, 1974. Herbert G. Gutman, *The black family in slavery and freedom. 1750-1925*, Nova York: Pantheon, 1976.
- 9- Sidney Chalhoub, Op. cit., p. 26.
- 10-- Testamento de Jose Pereira de Abreu e Lima, 1857, Cartório do 2^a Ofício, Conceição do Mato Dentro. Minas Gerais.
- 11- Testamento e inventario de Constança Fortunata de Abreu e Lima, 1883, Cartorio do 2^o Ofício, Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais.
- 12-Idem.
- 13-Idem, ibidem.
- 14-Anotações em escrituras e registros de terras, do arquivo particular de Fernando Gomes Cardoso, Belo Horizonte. Alem desses documentos, ha informações verbalizadas de advogados que seguiram a tramitação dos processos (dados obtidos em entrevistas).
- 15-C^s A. V. Matos. *Indagações e notícias sobre Mono de Gaspar Soares*. Diamantina: Typ. G.A. Estrela Polar, 1921, p. 73.
- 16-Idem, pp. 15, 18, 20.
- 17- Idem, ibidem, pp. 8, 9, 10, 11.
- 18-Anotações constantes do arquivo particular de Fernando Gomes Cardoso, Belo Horizonte.
- 19-Idem.
- 20-Informações Básicas, Morro do Pilar, IBGE, Belo Horizonte, 1982.
- 21-Geraldo Dutra de Moraes. *História de Conceição do Mato Dentro*. S/E, 1942, pp. 155, 158.
- 22-A esse respeito consultar o estudo exemplar de Douglas Cole Libby, *Transformando o trabalho em uma economia escravista; Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- 23-Testamento e inventario de Constança, op. cit.
- 24-Testamento de Jose Pereira de Abreu e Lima, op. cit.
- 25-Ecléa Bosi. *Lembranças de velhos; memória e sociedade*. São Paulo: Queros, 1983, p. 332.
- 26-Michelle Perrot, Praticas da memória feminina. In: A mulher no espaço público, *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH. V9, n^B 8, p.9-18, Ago./ Set.1989.
- 27-Idem.
- 28-Estes e outros objetos que serão citados por nos estão arrolados no testamento e inventario de Constança, op. cit.
- 29- Gaston Bachelard. *A política do espaço*. São Paulo, Martins Fontes: 1989, p. 31.
- 30-Citado por Renato Mezan in: Heloisa R. Femandes (org.) *Tempo do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 70.
- 31-Gaston Bachelard. Op. cit, p. 85.
- 32-M. O. Merleau-Ponty. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 187.
- 33-Peter Gay. *A educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 110.
- 34-Gregório F. Barembliitt. *Fabricam-se "homens"*. Belo Horizonte, mimeo, 1985, p. 249, versão preliminar.
- 35-Vera Paiva. *Evas, Marias, Liliths... as voltas do feminino*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 38.
- 36-Idem, citando Mary Douglas, p. 75.
- 37-Vera Paiva, op. cit, p. 75.

38-Georges Duby. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro, 1987. p. 34.

39-Idem, p. 28.

40-Elias Canetti. *Massa e poder*. Brasília: São Paulo, UNB/Melhoramentos, 1983, p. 319.